

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 480.776 RIO  
GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: ALFREDO CARDOSO FILHO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO EMBARGADA. AUSÊNCIA DE AFRONTA À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES.

1. Esta Corte declarou a constitucionalidade do art. 1º-D da Lei nº 9.494/1997, na redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001, com interpretação conforme, de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (RE 420.816, Redator para o acórdão o Ministro Sepúlveda Pertence).

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a premissa fática exigida para que se aplique o que foi decidido no RE 420.816 é a de que a execução não tenha sido embargada pela União. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas

**RE 480776 AGR-SEGUNDO / RS**

taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR**

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 480.776 RIO  
GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: ALFREDO CARDOSO FILHO E OUTRO(A/S)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)</b>

## RELATÓRIO

**O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):**

1. Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão monocrática que negou seguimento ao recurso extraordinário, pelos seguintes fundamentos (fls. 217-219):

“Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão monocrática do Ministro Joaquim Barbosa, relator originário do feito, que deu provimento ao recurso extraordinário, pelos seguintes fundamentos (fls. 182):

‘Trata-se de recurso extraordinário (art. 102, III, *a* e *b*, da Constituição) interposto de acórdão, proferido por Tribunal Regional Federal, que permitiu a cobrança de honorários advocatícios nas execuções não embargadas pela Fazenda Pública, considerando inconstitucional o art. 1º-D da Lei 9.494/1997, acrescido pela Medida Provisória 2.180-35, de 24.08.2001, conforme arguição de inconstitucionalidade julgada procedente pelo plenário do Tribunal a quo (cópia do inteiro teor juntada a fls. 110-129).

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 420.816 (red. para o acórdão min. Sepúlveda Pertence, DJ 06.10.2004), declarou, incidentalmente, ‘a

**RE 480776 AGR-SEGUNDO / RS**

constitucionalidade da Medida Provisória 2.180-35/2001, com interpretação conforme de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução, por quantia certa, contra a Fazenda Pública (CPC, art. 730), excluídos os casos de pagamentos de obrigações definidos em lei como de pequeno valor, objeto do § 3º do art. 100 da CF' (INFORMATIVO STF. 'Fazenda Pública. Honorários advocatícios. Execução não embargada'. Brasília: Supremo Tribunal Federal, nº 363, 27 set. 2004/1º out. 2004).

Do exposto, de acordo com o precedente do RE 420.816, conheço do presente recurso e dou-lhe provimento.'

*A parte agravante sustenta que 'impõe-se, portanto, o desprovimento do recurso excepcional interposto, em face da não incidência da MP 2.180 no caso sob comento, tendo em vista tratar-se de execução efetivamente embargada e oriunda de título formado em ação civil pública' (fls. 199).*

Reconsidero a decisão agravada.

Verifica-se que a hipótese dos autos diz respeito à execução de sentença de ação civil pública (fls. 23-28). A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já reconheceu possuir caráter infraconstitucional a discussão relativa à fixação de honorários em execução de sentença proferida em ação coletiva não embargada pela Fazenda Pública. Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:

**'DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA PELA FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. REEXAME INCABÍVEL NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.**

Impossibilidade de exame em recurso extraordinário de alegada violação, acaso existente, situada no âmbito infraconstitucional. Precedentes.

**RE 480776 AGR-SEGUNDO / RS**

Acórdão do Tribunal de origem publicado antes de 03.5.2007, data da publicação da Emenda Regimental 21/2007, que alterou o RISTF para adequá-lo à sistemática da repercussão geral (Lei 11.418/2006).

Agravo regimental conhecido e não provido.' (RE 573.269-AgR, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Rosa Weber).

**'Agravo regimental no recurso extraordinário. Processual. Fazenda Pública. Execução não embargada. Artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97 (MP nº 2.180-35/2001). Constitucionalidade. Ação coletiva. Matéria infraconstitucional. Precedentes.**

1. No julgamento do RE nº 420.816, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade da MP nº 2.180-35/01, dando interpretação conforme ao art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, reduzindo sua aplicação às hipóteses de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, excluídos os casos de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.

2. O Plenário desta Corte, em sessão realizada por meio eletrônico, no exame do RE nº 599.903/RS, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, concluiu pela ausência da repercussão geral da questão relativa à fixação de honorários advocatícios nas execuções de ações coletivas, uma vez que essa discussão está adstrita ao plano infraconstitucional.

3. Agravo regimental não provido.' (RE 584.047-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli).

Diante do exposto, reconsidero a decisão agravada e, com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso extraordinário. Julgo prejudicado o agravo regimental."

2. A parte agravante aduz que *"o caso dos autos, no entanto, é diverso. O recurso extraordinário também impugna, com fundamento na alínea b*

**RE 480776 AGR-SEGUNDO / RS**

*do permissivo constitucional, acórdão regional em que a 4ª Turma do TRF – 4ª Região, ao negar a aplicabilidade do art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, acrescido pela MP nº 2.180/2001, reconheceu a inconstitucionalidade do referido dispositivo”.*

3. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 480.776 RIO  
GRANDE DO SUL

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. O agravo não deve ser provido. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a constitucionalidade, com interpretação conforme, do art. 1º-D da Lei nº 9.494/1997, na redação que lhe foi dada pela MP 2.180-35/2001, de modo a reduzir-lhe a aplicação à hipótese de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, excluídos os casos de pagamento de obrigações definidos em lei como de pequeno valor (RE 420.816, Redator para o acórdão o Min. Sepúlveda Pertence), verifica-se que, na hipótese dos autos, a execução foi devidamente embargada pela Fazenda Pública, o que torna inócua a discussão relativa ao cabimento dos honorários.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que *“a premissa fática exigida para que se aplique o que foi decidido pelo Plenário desta Corte no RE nº 420.816, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, no qual se declarou a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35/01, dando interpretação conforme ao art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, é a de que a execução não tenha sido embargada pela União, caso contrário, são devidos os honorários advocatícios”*. Nesse sentido, veja-se a ementa do RE 516.037-AgR-AgR, jugado sob a relatoria do Ministro Dias Toffoli:

**“Agravo regimental no agravo regimental no recurso extraordinário. Constitucional. Processual. Fazenda Pública. Execução embargada. Artigo 1º-D da Lei nº 9.494/97, acrescentado pela MP nº 2.180-35/01. Inaplicabilidade. Precedentes.**

1. A premissa fática exigida para que se aplique o que foi decidido pelo Plenário desta Corte no RE nº 420.816, Relator o

**RE 480776 AGR-SEGUNDO / RS**

Ministro Sepúlveda Pertence, no qual se declarou a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.180-35/01, dando interpretação conforme ao art. 1º-D da Lei nº 9.494/97, é a de que a execução não tenha sido embargada pela União, caso contrário, são devidos os honorários advocatícios.

2. Agravo regimental não provido.”

3. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.





**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**SEGUNDO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 480.776**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO**

AGTE.(S) : UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S) : ALFREDO CARDOSO FILHO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma